

**PARCERIAS PÚBLICO-COMUNITÁRIAS: MAPEAMENTO E ANÁLISE DE INSTRUMENTOS DE SERVIÇOS DE APOIO À VISITAÇÃO EM ÁREAS PROTEGIDAS**

IX Reunião Anual de Iniciação Científica da UFRRJ (RAIC 2021/2022) e III Reunião Anual de Iniciação em Desenvolvimento Tecnológico e Inovação (RAIDTec 2021/2022) - UFRRJ, 0ª edição, de 15/05/2023 a 19/05/2023  
ISBN dos Anais: 978-65-5465-041-0

**BARRETO; Brenda Evelyn Chiaromonte<sup>1</sup>, RODRIGUES; Camila Gonçalves de Oliveira Rodrigues<sup>2</sup>**

**RESUMO**

Este trabalho visa apresentar os resultados de pesquisa sobre os arranjos entre a esfera pública e as iniciativas comunitárias para a promoção da visitação em áreas protegidas. Estes arranjos, que no caso desta pesquisa foram investigados no contexto das parcerias em áreas protegidas, envolvem diferentes aspectos socioeconômicos no contexto da gestão destas áreas. Ainda que o termo esteja em processo de construção, entende-se a parceria público-comunitária como os diferentes tipos de arranjos entre a esfera pública e iniciativas administradas por comunidades locais, tendo em vista o protagonismo da população no comando das atividades (BOTELHO e RODRIGUES, 2021). Para a elaboração da pesquisa, inicialmente foi realizado um levantamento de referencial bibliográfico e de dados secundários, a partir de bibliotecas científicas digitais, sites e redes sociais de organizações comunitárias e de agências e instituições que promovem o turismo de base comunitária. O levantamento também considerou as iniciativas de pesquisa em andamento no grupo de pesquisa “Observatório de Parcerias em Áreas Protegidas – OPAP”. Ao celebrarem acordos em parceria com as iniciativas comunitárias de turismo por meio de diferentes arranjos, dentre eles, autorização, permissão, termo de colaboração, convênio, entre outros, os gestores de unidades de conservação incentivam e promovem o cooperativismo e o engajamento comunitário, respeitam os direitos sociais e valorizam a cultural local. Com o objetivo de contribuir para o levantamento de dados e informações para compor a pesquisa, foram mapeadas 81 iniciativas de turismo de base comunitária (TBC) que oferecem atividades e serviços de apoio à visitação em áreas protegidas nas cinco regiões do país. O número expressivo de iniciativas encontradas que se autointitulam como TBC corrobora a fala de Araújo (2011), ao expor que esta prática surge da necessidade de um modelo de turismo justo e equitativo, capaz de beneficiar as comunidades e povos tradicionais, tornando-os sujeitos principais dos processos que englobam a atividade. Além do mapeamento, a investigação teve como propósito central identificar se as iniciativas de TBC e os órgãos gestores das unidades de conservação dispõem de acordos de parceria, neste caso, considerando os diferentes tipos de arranjos entre as esferas públicas e as iniciativas lideradas por comunidades locais. Entretanto, das 81 iniciativas mapeadas, foi possível identificar apenas duas que apresentam parcerias firmadas por meio de instrumentos utilizados pelos órgãos gestores. Isso indica que, independentemente da formalização da parceria, é necessário buscar uma maior compreensão sobre a dinâmica destes arranjos, considerando os efeitos no território e o protagonismo das comunidades no desenvolvimento do turismo local. Embora os resultados apresentados não tenham sido satisfatórios no que tange à identificação e análise dos diferentes arranjos firmados, uma vez que tal informação não é de fácil acesso e disponibilizada nos canais oficiais das instituições, o mapeamento fornece evidências para estudos sobre parcerias que poderão ser consolidadas ao longo do tempo.

**PALAVRAS-CHAVE:** turismo comunitário, parcerias, áreas protegidas

<sup>1</sup> Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, brendaabarreto@gmail.com  
<sup>2</sup> Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, camila.rodrigues.ufrj@gmail.com

